

A PSICOLOGIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO – UMA REVISÃO LITERÁRIA

SCHOOL PSYCHOLOGY IN EDUCATION – A LITERARY REVIEW

PSICOLOGÍA ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN – UNA REVISIÓN LITERARIA

Audinete Franco de Santana Barreiro¹

Débora Araújo Leal²

Ângelo Ribeiro Fróes³

RESUMO: Este artigo oferece uma revisão da literatura sobre a atuação da psicologia escolar no contexto educacional, enfatizando sua relevância no processo de aprendizagem, desenvolvimento socioemocional e inclusão de alunos. A análise de produções acadêmicas recentes aborda as principais teorias, desafios e estratégias de intervenção empregadas por psicólogos escolares. Os resultados demonstram que essa área não se limita ao diagnóstico de dificuldades de aprendizagem, mas também contribui para a promoção de relações saudáveis no ambiente escolar, na mediação de conflitos e na implementação de políticas educacionais mais justas. Além disso, registre-se a necessidade de uma maior articulação entre teoria e prática, assim como a relevância das formações continuadas para os profissionais da educação. Conclui-se que a psicologia escolar exerce uma função transformadora, promovendo uma educação mais inclusiva e humanizada.

Palavras-chave: Psicologia educacional. Ensino. Aprendizagem. Intervenção. Revisão da literatura.

1901

ABSTRACT: This article provides a literature review on the role of school psychology in the educational context, emphasizing its relevance in the learning process, socio-emotional development and inclusion of students. The analysis of recent academic productions addresses the main theories, challenges and intervention strategies employed by school psychologists. The results demonstrate that this area is not limited to the diagnosis of learning difficulties, but also contributes to the promotion of healthy relationships in the school environment, the mediation of conflicts and the implementation of fairer educational policies. In addition, it highlights the need for greater articulation between theory and practice, as well as the relevance of continuing education for education professionals. It is concluded that school psychology plays a transformative role, promoting a more inclusive and humanized education.

Keywords: Educational psychology. Teaching, learning. Intervention, literature review.

¹ Mestra em Ciências da Educação pela EBWU; Professora da Rede Estadual de Ensino da Paraíba e da Rede Municipal de Boa Ventura -PB.

² Pós – Doutora em Docência Universitária pelo Instituto Universitário Italiano de Rosário IUNIR-AR, Doutora em Ciências da Educação pela Uninter - PY e Coordenadora Pedagógica em Feira de Santana – BA.

³Doutor em Ciências da Educação pela UAB; Professor de Educação física em rede particular.

RESUMEN: Este artículo ofrece una revisión de la literatura sobre el papel de la psicología escolar en el contexto educativo, enfatizando su relevancia en el proceso de aprendizaje, el desarrollo socioemocional y la inclusión de los estudiantes. El análisis de las producciones académicas recientes aborda las principales teorías, desafíos y estrategias de intervención utilizadas por los psicólogos escolares. Los resultados demuestran que esta área no se limita al diagnóstico de dificultades de aprendizaje, sino que también contribuye a la promoción de relaciones saludables en el entorno escolar, la mediación de conflictos y la implementación de políticas educativas más justas. Además, cabe señalar la necesidad de una mayor articulación entre teoría y práctica, así como la relevancia de la formación continua de los profesionales de la educación. Se concluye que la psicología escolar juega un papel transformador, promoviendo una educación más inclusiva y humanizada.

Palabras clave: Psicología educativa. Enseñanza. Aprendizaje. Intervención. Revisión de literatura.

INTRODUÇÃO

A psicologia escolar surge como um domínio essencial na intersecção entre educação e saúde mental, focando na compreensão e intervenção nos processos de aprendizagem, desenvolvimento e interações no ambiente educacional. Com origens históricas que datam do início do século XX, esta área tem sido desenvolvida para incluir não apenas uma avaliação e o monitoramento de dificuldades de aprendizagem, mas também a promoção de um ambiente escolar inclusivo e o fortalecimento de políticas educacionais.

Considerando a complexidade dos desafios enfrentados por alunos, educadores e instituições de ensino, a revisão da literatura sobre psicologia escolar é fundamental para delinear as contribuições teóricas, metodológicas e práticas aplicáveis, além de identificar lacunas e tendências atuais. O artigo tem como objetivo sintetizar os principais temas discutidos na produção acadêmica recente, abordando tanto os fundamentos conceituais quanto as estratégias de intervenção, com o objetivo de fornecer uma visão crítica e reflexiva sobre o papel do psicólogo escolar na transformação do cenário educacional.

Ao compilar e examinar estudos pertinentes, embora não apenas esclareça os progressos do campo, mas também estimule diálogos que possam direcionar investigações e práticas futuras, sempre em benefício do desenvolvimento holístico de crianças e adolescentes.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Discutir a história, os compromissos e as perspectivas da Psicologia Escolar e Educacional implica abordar três dimensões essenciais de seu status como área de conhecimento

vinculada a um campo de prática social. A natureza dessa relação se manifesta em duas dimensões: a psicologia educacional como um dos alicerces científicos da educação e da prática pedagógica, e a psicologia escolar como uma modalidade profissional que se concentra no processo de escolarização, com ênfase na escola e nas interações que nela ocorrem.

Dada a complexidade e a multiplicidade dessas questões, seu estudo abrange um amplo espectro de abordagens, tornando necessária uma delimitação que implica uma escolha de determinados caminhos em detrimento de outros, que poderão ser explorados em outros benefícios.

Em uma perspectiva mais abrangente, a Psicologia Escolar e Educacional pode ser abordada por meio de algumas de suas interseções mais antigas. A Grécia Antiga, entre outras civilizações, representa uma fonte valiosa de estudos, ao sintetizar, na sua produção filosófica, a teoria do conhecimento, as concepções psicológicas e as propostas sistemáticas de educação da juventude, juntamente com sua ação pedagógica correspondente.

É viável, sob essa ótica, analisar Protágoras e os sofistas, Pitágoras e uma escola pitagórica, Sócrates e a maiêutica, Platão e uma Academia, Aristóteles e o Liceu, entre outros diversos pensadores. Com essa mesma abordagem, é viável investigar o pensamento medieval, não qual se abordará filosofia/teologia, educação/pedagogia e ideias. Contudo, é necessário reiterar a complexidade e a totalidade que compõem o foco sob o qual a Psicologia Escolar e Educacional será comprovada neste texto, especificamente a Psicologia Escolar e Educacional no Brasil.

1903

Este texto consiste em uma análise preliminar dos pressupostos do estatuto da Psicologia Escolar e Educacional, um resumo histórico das interações entre psicologia e educação no Brasil, e um ensaio sobre os compromissos e as perspectivas para o desenvolvimento de uma Psicologia Escolar e Educacional socialmente engajada com os interesses da maioria da população. Estatuto da Psicologia Escolar Educacional: certos pressupostos e esta discussão requerem, antes de tudo, um esclarecimento de alguns conceitos contidos na expressão Psicologia Escolar & Educacional.

A educação é estudada como uma prática social humanizadora e intencional, cujo objetivo é transmitir uma cultura construída historicamente pela humanidade. O indivíduo não nasce humanizado, mas se torna humano por meio de sua inserção no contexto histórico-social e pela internalização desse contexto, um processo no qual uma educação desempenha um papel fundamental.

A historicidade e a sociabilidade são fundamentais para a condição humana; uma educação, nesse contexto, é tanto influenciada quanto influente. As dimensões psicológicas

profundamente interconectadas. A modernidade introduzirá uma complexidade que expande significativamente o espectro de análise dessas relações, criando um campo quase lucrativo de estudos que se estende às suas determinações contemporâneas e se manifesta nelas.

Na última análise, a relação entre psicologia e educação, especialmente em suas interações com as teorias do conhecimento, acompanha a história do pensamento humano e configura um campo de estudo complexo e abrangente. A escola deve ser vista como uma instituição criada para atender às necessidades geradas pelas sociedades que, devido à sua complexidade crescente, trazem a formação específica de seus membros.

A escola, ao longo da história, apresentou diversas formas de resposta às necessidades que deveriam atender, sendo geralmente destinadas a uma parcela privilegiada da população, incumbida de desempenhar funções específicas aos interesses predominantes de uma sociedade particular.

Essa realidade deve ser compreendida também por meio de suas contradições, especialmente a noção de escola como uma instância fundamental para a democratização e a cidadania plena, que, embora não seja a única, é indubitavelmente um dos fatores necessários e contingentes para a edificação de uma sociedade igualitária e justo. Sob essa perspectiva, uma escola, conforme a concebemos, visa promover a universalização do acesso aos bens culturais gerados pela humanidade, estabelecendo condições para a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os membros da sociedade.

1904

A pedagogia pode ser especializada como a fundamentação, sistematização e organização da prática educacional. A preocupação pedagógica permeia a história, fundamentando-se em concepções filosóficas distintas, configurando-se sob diversas bases teóricas e estabelecendo múltiplas proposições para uma ação educativa. Com o avanço das ciências desde a modernidade, o conhecimento científico tornou-se sua principal fundamentação.

A Psicologia Educacional pode ser definida como uma subárea da psicologia, implicando que esta última é uma área de conhecimento. A área de conhecimento é compreendida como um corpus sistemático e organizado de saberes gerados conforme procedimentos estabelecidos, relacionados a especificações específicas ou a um conjunto de especificações que são específicas à realidade, fundamentadas em concepções ontológicas, epistemológicas, metodológicas e éticas definidas. É imperativo, contudo, levar em conta a diversidade de concepções, abordagens e sistemas teóricos específicos do conhecimento, especialmente do contexto das ciências humanas, das quais a psicologia é um segmento.

A psicologia da educação pode ser considerada uma subárea do conhecimento, dedicada à produção de saberes sobre as características psicológicas que integram o processo educativo. A Psicologia Escolar, por sua vez, é caracterizada por seu âmbito profissional e refere-se a um campo de atuação específico, ou seja, o processo de escolarização, com foco na escola e nas relações que nela se estabelecem; sua prática é fundamentada nos conhecimentos gerados pela psicologia da educação, por outras subáreas da psicologia e por diversas disciplinas do saber.

É necessário enfatizar que a psicologia educacional e a psicologia escolar estão intrinsecamente interligadas, mas não são idênticas, nem podem ser reduzidas uma à outra, mantendo cada uma sua autonomia relativa. A primeira refere-se a uma área de conhecimento (ou subárea) e, de maneira geral, muitas expressões são empregadas, incluindo: Psicologia Educacional, Psicologia do Educação, Psicologia na Educação, entre outras.

Existem implicações teóricas subjacentes à escolha de uma denominação em detrimento de outra, mas estas não serão abordadas neste texto, em virtude de sua delimitação. Tem como objetivo gerar conhecimentos sobre as características psicológicas no contexto educacional.

A outra se configura como um domínio de atuação profissional, efetuando intervenções do ambiente escolar ou em contextos correlatos, com ênfase no psicológico, alicerçada em conhecimentos gerados, não apenas, mais principalmente, pela subárea da psicologia, a 1905

A trajetória da Psicologia Escolar & Educacional no Brasil remonta ao período colonial, quando as inquietações acerca da educação e da pedagogia incluíam reflexões sobre as características psicológicas. Massimi (1986; 1990), ao analisar obras do período colonial nas áreas de filosofia, moral, educação e medicina, entre outros, identifica temas como: aprendizagem, desenvolvimento, função da família, motivação, papel dos jogos, controle e manipulação do comportamento, formação da personalidade, e uma educação de indígenas e mulheres, que posteriormente se tornaram objetos de estudo ou campos de atuação da psicologia.

É crucial ressaltar que a maioria desses textos estava alinhada aos interesses metropolitanos e refletia as agruras de sua dominação na colônia.

No entanto, existem contradições, uma vez que algumas dessas obras adotaram posturas que contradizem os ideais da metrópole, como a promoção da educação feminina, entre outras. Além disso, diversas obras abordaram temas que se tornariam específicos da psicologia, apresentando-os de forma bastante original e antecipando formulações que seriam integradas à psicologia do século XX.

No século XIX, os conceitos psicológicos relacionados à educação foram igualmente desenvolvidos em outras disciplinas, embora de forma mais institucionalizada. Sem domínio da pedagogia, as escolas normais, condicionantes a partir da década de 1830, serviram como ambientes de debate, embora rudimentares e um pouco sistemáticos, acerca da criança e seu processo educativo, abrangendo tópicos como aprendizagem, desenvolvimento e ensino, entre outros.

No meio do século, essa preocupação torna-se mais sistemática e frequente, e, nos anos finais desse século, observa-se uma incorporação de conteúdos que mais tarde seriam considerados como objetos da psicologia educacional, com especial interesse por temas previamente treinados, como aprendizagem e desenvolvimento, além de outros que já seriam vistos como expressões da psicologia do século XX, como uma inteligência, por exemplo.

É importante ressaltar, do contexto oficial, a Reforma Benjamin Constant de 1890, que converteu uma disciplina de filosofia em psicologia e lógica, resultando posteriormente na criação das disciplinas de pedagogia e psicologia para a formação de professores.

Naquela época, houve uma introdução, embora assistemática e esporádica, do ideário escolar novista, que posteriormente se tornaria hegemônico no pensamento pedagógico, tendo na psicologia seu maior fundamento científico. Os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX apresentam transformações significativas na sociedade brasileira: contribuições do pensamento liberal; busca pela “modernidade”; e resistência à hegemonia do modelo agrário-exportador, em direção à industrialização.

Essas novas ideias incorporavam um projeto social inovador, que exigia uma transformação radical da estrutura e da superestrutura social, exigindo a formação de um novo homem, responsabilidade atribuída à educação. No referido contexto, o debate sobre a educação ganhou destaque, com uma promoção da disseminação da escolaridade para a população em geral e uma maior sistematização das ideias pedagógicas, refletindo a crescente influência dos princípios da Escola Nova. Consequentemente, as escolas normais mudaram-se o principal núcleo de propagação das novas ideias, fundamentadas nos princípios escola novistas, mudando à formação de novos professores, incumbindo-se do ensino, da produção de obras e do início da preocupação com a geração de conhecimentos através dos recém-estabelecidos laboratórios de psicologia, fatores que estabeleceram as bases para as reformas estaduais de ensino revolucionários na década de 1920 e foram por estes amplificados.

Nesse contexto, ocorreu gradualmente a conquista da autonomia da psicologia como uma disciplina específica de conhecimento no Brasil, desvinculando-se de outras áreas do saber,

sendo reconhecida como uma ciência independente e permitindo a incorporação dos conhecimentos psicológicos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos. Portanto, observa-se uma interdependência entre psicologia e educação, especialmente através da pedagogia, a partir da conexão entre conhecimentos teóricos e prática pedagógica.

É afirmado que o processo pelo qual a psicologia possível adquiriu autonomia como campo de conhecimento está intrinsecamente ligado ao aumento do debate educacional e pedagógico nas primeiras décadas do século XX, de modo que psicologia e educação são, historicamente, no Brasil, mutuamente constitutivas uma da outra.

Este momento foi crucial para a solidificação da interconexão entre psicologia e educação, estabelecendo as bases para uma introdução e uma afirmação de que já se desenvolveu nos Estados Unidos e na Europa sob a designação de psicologia educacional. O período subsequente, iniciado na década de 1930, é marcado pelas consolidações da psicologia no Brasil, fundamentadas na estreita relação entre essa disciplina e a educação.

Os domínios da psicologia que emergiram a partir desse período, consolidando-se como áreas tradicionais da profissão, como a prática clínica e uma intervenção na organização do trabalho, têm suas origens na educação, especificamente pela implementação dos Serviços de Orientação Infantil nas Diretorias de Educação do Rio de Janeiro e de São Paulo e pela Clínica do Instituto Sedes Sapiente, destinadas ao atendimento de crianças com dificuldades escolares, além da Orientação Profissional e outras iniciativas educacionais no âmbito do trabalho.

1907

Simultaneamente, uma instrução formal em psicologia nas instituições de ensino superior apresentava uma conexão restrita com a educação, uma vez que as disciplinas de psicologia estavam predominantemente associadas aos cursos de filosofia e pedagogia, sendo estas últimas designadas como psicologia educacional. Muitos trabalhos foram realizados pela psicologia no âmbito da educação, dentre os quais: Serviço de Psicologia Aplicada do Instituto Pedagógico da Diretoria de Ensino de São Paulo ; Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais e, posteriormente, Sociedade Pestalozzi do Brasil; “Escola para Anormais” em Recife; atividades realizadas no INEP, especificamente com a utilização de testes psicológicos; a criação das Clínicas de Orientação Infantil; o trabalho desenvolvido por Helena Antipoff na Escola de Aperfeiçoamento de Professores e na Fazenda do Rosário; Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOPFGV; além dos trabalhos desenvolvidos por Ana Maria Poppovic com “crianças abandonadas” no Abrigo Social de Menores da Secretaria de Bem-Estar Social do Município de São Paulo; a fundação do Instituto de Psicologia da PUCSP, oferecendo serviços

de medidas escolares, pedagogia terapêutica e orientação psicopedagógico; além das muitas instituições educacionais que desenvolvem trabalhos relacionados à Psicologia .

A Educação tem sido uma base para o desenvolvimento da psicologia, enquanto esta, por sua vez, constitui o principal fundamento da educação, especialmente no contexto pedagógico, integrada como sustentação teórica da Didática e da Metodologia de Ensino, pilares da formação docente. Essa tendência se manifesta em experiências promovidas pela Escola Experimental da Lapa e pelos Ginásios Vocacionais em São Paulo, entre diversas outras iniciativas realizadas em todo o país. Simultaneamente, a instrução nas Escolas Normais e nos Cursos de Pedagogia continuou a atribuir um espaço privilegiado à Psicologia nos seus currículos.

O avanço da pesquisa é impulsionado por diversas instituições, incluindo o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, a Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, a 471 Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), o Instituto de Seleção e Orientação Profissional de Recife, o Laboratório de Psicologia Educacional do Instituto de Educação (sucessor do Instituto Pedagógico de São Paulo), o Núcleo de Pesquisas Educacionais da Municipalidade do Rio de Janeiro, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e seus equivalentes, os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE), além da produção de

1908

No referido contexto, começa a se distinguir, ainda que de maneira não sistemática e formal, a psicologia educacional, como um conjunto de conhecimentos que visa explicar e apoiar a prática pedagógica, sendo, portanto, essencial para todos os educadores, e a psicologia escolar, como um campo de atuação para profissionais da psicologia que operam no ambiente escolar, exercendo uma função específica, fundamentada na psicologia e que, inicialmente, se caracterizou pela adoção do modelo clínica de intervenção.

Apesar de se poder identificar contradições, que evidenciam produções teóricas e práticas aprovadas à criação de uma escola dedicada à aprendizagem e ao desenvolvimento de seus alunos, especialmente as provenientes das classes populares, o papel da psicologia na educação passou a ser alvo de críticas. A aplicação e a interpretação indiscriminadas e apressadas de teorias e técnicas psicológicas, como testes de nível mental e prontidão, bem como a responsabilização da criança e de sua família por problemas considerados de “ordem emocional” para explicação do desempenho escolar, além da redução dos processos pedagógicos a fatores psicológicos, desenvolvidos para interpretações e práticas equivocadas.

Essas abordagens desconsideram o processo educativo como um todo multideterminado, relegando para um segundo plano ou omitindo fatores históricos, sociais, culturais, políticos, econômicos e, principalmente, pedagógicos na determinação do processo educativo. Este processo culminou, em 1962, com a regulamentação da profissão de psicólogo e a criação de cursos específicos para sua formação.

As iniciativas realizadas no período anterior estabeleceram as fundações para os domínios tradicionais da psicologia: educação, clínica e trabalho. Um fato interessante a ser destacado é que, com a regulamentação da profissão, o campo da educação, anteriormente fundamental para o desenvolvimento da psicologia no Brasil, torna-se secundário para os profissionais da área. Isso se manifesta não apenas no contexto curricular, mas, principalmente, na orientação de alunos e profissionais pelos domínios da clínica e da organização do trabalho. Este é também um dos fatores que explicam a adoção de uma abordagem clínico-terapêutica na prática da psicologia escolar, fundamentada no modelo médico, assunto que será abordado posteriormente. Entretanto, as interações entre educação e psicologia começam a se diversificar.

De um lado, a psicologia educacional, que interessa tanto a pedagogos quanto a psicólogos; de outro, a psicologia escolar, que é uma especialização do psicólogo que trabalhado ambiente escolar. O conhecimento psicológico estava integrado à Pedagogia e à prática dos educadores, enquanto a atuação do psicólogo escolar adotava um modelo progressivamente clínico-terapêutico, operando fora da sala de aula e concentrando-se na dimensão individual do aluno e em suas "dificuldades", principalmente, às demandas específicas da escola, que encaminhava crianças que apresentavam, em sua avaliação, "problemas de avaliação" ou outras considerações consideradas como "distúrbios" ao próprio educando.

1909

Este período pode ser considerado como uma herança do anterior, caracterizada por uma hipertrofia da psicologia na educação, em uma tendência reducionista, que, na década de 1970, passou a ser alvo de críticas tanto de pedagogos quanto de psicólogos. Criticava-se uma aplicação dos testes e uma interpretação de seus resultados, que responsabilizava o aluno pelos seus "problemas", ignorando as condições pedagógicas; o encaminhamento de alunos com deficiência, que, sob a justificativa de oferecer uma "educação especial", os relegava a modalidades de ensino precárias e descontinuadas, perpetuando estigmas e preconceitos e gerando, social e pedagogicamente, uma deficiência intelectual; as interpretações e ações realizadas fundamentadas na psicologia, por educadores e psicólogos, baseadas em fatores como: atraso no desenvolvimento, distúrbios de atenção, motores ou emocionais (geralmente relacionados às condições intrínsecas da criança ou da família).

Uma das consequências mencionadas por essas críticas foi a negligência dos determinantes de natureza social, cultural, econômica e, principalmente, pedagógica; por isso, refere-se ao reducionismo. Certos psicólogos escolares e pesquisadores da área iniciaram, nesse período, uma crítica contundente à Psicologia Escolar & Educacional, fundamentada em argumentos análogos aos apresentados por pedagogos e educadores em geral. Por um lado, criticava-se a hipertrofia da psicologia na educação e o reducionismo dos fatores educacionais & pedagógicos às interpretações psicologizantes.

Por outro lado, ao focar especificamente na prática da psicologia escolar e aprofundara crítica ao seu modo de atuação, avançava para a demonstração de que o enquadramento clínico-terapêutico se fundamentava em um modelo médico, alheio às determinações pedagógicas, que tendia a patologizar e individualizar o processo educativo, distanciando-se da compreensão dos determinantes desse processo e desconsiderando ações então indicadas preventivas, que deveriam se concentrar nas condições mais especificamente pedagógicas, exercendo uma atuação mais coletiva, com base no que hoje se denomina interdisciplinaridade, em colaboração com os demais profissionais da educação e da escola. Naquela época, alguns dos possíveis focos de atuação incluíam a formação de professores, uma intervenção nas relações entre escola, família e comunidade, e o processo grupal dentro da instituição escolar, entre outros.

1910

A preocupação específica entre os psicólogos escolares concentrou-se nos índices de reprovação na então 1ª série do primeiro ano. Os dados indicavam que mais da metade dos alunos permanecia retida nessa série, frequentemente na condição demultirrepetentes, resultando no abandono escolar, um aspecto que afetou principalmente estudantes provenientes das classes populares.

Esses aspectos despertou o interesse de diversos profissionais da psicologia pela alfabetização, assim como pela interconexão mais profunda entre os conhecimentos gerados pela psicologia e aqueles oriundos de outras disciplinas, especialmente a sociologia da educação, à medida que a questão da relação entre desempenho escolar e condições socioeconômicas se tornou proeminente nos debates educacionais.

Entretanto, poucos estudos buscam implementar esse modelo de atuação, comprometido com o processo pedagógico, principalmente devido à expectativa da escola, consolidada na abordagem clínica da psicologia, que se baseia no encaminhamento do aluno para que ele seja “curado” fora do ambiente escolar e posteriormente devolva “sem problemas”, eximindo uma escola da responsabilidade pela escolarização da criança.

Entretanto, esses trabalhos escassos, muitas vezes fundamentados na desconstrução das expectativas escolares, estabeleceram as bases para a superação da psicologia escolar clínico-terapêutico, direcionando-a para uma psicologia que pode ser legitimamente definida como escolar, delimitando seu campo de atuação e criando uma modalidade de trabalho genuinamente comprometida com o cotidiano escolar em sua função essencialmente pedagógica. A superação dessa situação exigia não apenas a crítica à hipertrofia da psicologia na educação, ao reducionismo, às interpretações superficiais e banalizadas, às ações fundamentadas em um modelo de alheio à educação, como o modelo médico, e à culpabilização da criança e de sua família, mas também a restituição de seu núcleo de bom senso. Era imperativo reintegrar a psicologia ao processo pedagógico.

É imperativo considerar que o processo educativo se desenvolve no contexto do indivíduo; Portanto, a dimensão psicológica deve ser compreendida e integrada na compreensão do conhecimento em sua totalidade, sendo esta uma condição essencial para a geração de conhecimento nesse domínio, incumbência da psicologia educacional. Esta, por sua vez, deve fundamentar, em sua Esfera, a compreensão das questões educativas e fornecer uma base para o estabelecimento de processos terapêuticos de intervenção, que poderiam constituir a matriz de atuação do psicólogo escolar.

1911

A partir dessas considerações, inicia-se um ensaio que pretende explorar as possibilidades e limitações na construção de uma Psicologia Escolar e Educacional, com ênfase em seus compromissos e perspectivas. Compromissos e Perspectivas para a Psicologia Escolar e Educacional A discussão sobre compromissos e as perspectivas decorrentes deles requer um esclarecimento do ponto de vista adotado.

O compromisso envolve três elementos: o compromisso (neste contexto, a Psicologia Escolar e Educacional), o objetivo do compromisso (as classes populares) e o objeto do compromisso (a edificação de uma educação democrática). Assim, é imperativo discutir o compromisso da Psicologia Escolar & Educacional com a educação das aulas populares, o que requer uma exposição da concepção educacional que fundamenta a posição defendida neste contexto. A educação aqui a proposta é rigorosa e amplamente democrática, devendo ser acessível a todos, sem concessões na defesa desse princípio.

É considerada uma entidade social encarregada da socialização do conhecimento acumulado pela humanidade ao longo de sua história, estabelecendo condições para que todos possam progredir do senso comum para saberes fundamentados, articulados e sintéticos sobre o mundo. Educação democrática implica, portanto, na democratização do conhecimento;

conhecimentos que historicamente foram privilégios das classes dominantes, tanto na produção quanto no acesso.

Para que se concretize em cada indivíduo, é necessário garantir o domínio de recursos essenciais para a assimilação do conhecimento, como a leitura e a escrita, a matemática e outros instrumentos característicos da contemporaneidade, como a informática e as línguas estrangeiras. Isso, no entanto, representa apenas o ponto de partida, pois são meramente os instrumentos necessários para fornecer outros saberes, que devem ser avaliados em todas as suas manifestações, desde a filosofia até a ciência e as artes, em constante diálogo com a cultura da criança, a qual deve ser respeitada e levada em conta no processo de ensino-aprendizagem.

A dissertação resulta de uma concepção de prática pedagógica focada nos processos de ensino e aprendizagem, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral do educar, em todos os aspectos que o definem como indivíduo singular e, simultaneamente, como parte da humanidade. Essa abordagem educacional refere-se ao compromisso com a implementação de políticas públicas de educação profundamente compatíveis com os interesses das classes populares. Isso implica garantir o acesso integral e as condições de permanência para todos os educandos na instituição de ensino, independentemente de suas situações, incumbindo à escola adaptar-se para proporcionar condições efetivas de escolarização; esta questão reflete o princípio da educação inclusiva, que abrange não apenas a educação de alunos com deficiência, mas também todos aqueles que, por diversas razões, são excluídos da escola e de seus recursos.

1912

É imperativo desenvolver currículos que estejam alinhados com os objetivos definidos, superando os tradicionais "currículos mínimos", frequentemente vistos como soluções temporárias ou educação de segunda classe para indivíduos socialmente marginalizados. Deve-se prestar atenção especial aos processos avaliativos, que são mostrados um dos métodos mais eficazes para perpetuar a exclusão de crianças de classes populares do acesso e uma educação de qualidade superior.

Este processo também depende da gestão democrática da escola e, principalmente, do investimento substancial na formação de educadores. É necessário, portanto, analisar as potencialidades e restrições da Psicologia Escolar & Educacional na formulação de políticas públicas educacionais que sejam socialmente responsáveis em relação às aulas populares; esta é uma questão pertinente às perspectivas apresentadas para este domínio do conhecimento e campo de atuação. Isso resulta na afirmação de certos princípios que podem ser articulados a partir das assertivas a seguir.

A educação é composta por diversos determinantes, incluindo fatores psicológicos; assim, a psicologia contribui para uma educação. Que seja uma psicologia adequada para entender o processo de ensino-aprendizagem e sua interconexão com o desenvolvimento, alicerçada na concretude humana (determinações sócio históricas), interpretada através das categorias de totalidade, contradição, mediação e superação. É necessário fornecer categorias teóricas e conceitos que possibilitem a compreensão dos processos psicológicos que formam o sujeito do processo educativo e são essenciais para a implementação da ação pedagógica.

A psicologia deve ocupar seu devido espaço como um dos fundamentos da educação e da prática pedagógica, facilitando a compreensão dos fatores envolvidos no processo educativo por meio de mediações teóricas robustas, assegurando uma relação indissolúvel entre teoria e prática pedagógica cotidiana. A psicologia deve facilitar a compreensão do educar sob a perspectiva de classe e em suas condições de vida concretas, condição essencial para a construção de uma prática pedagógica verdadeiramente inclusiva e transformadora.

A psicologia, como um dos pilares do processo formativo do educador, deve facilitar o reconhecimento do educador/professor como agente do processo educativo, refletindo a necessidade de transformações significativas nas políticas de formação inicial e continuada dessa protagonista essencial da educação. A atuação do psicólogo escolar deve fundamentar-se no domínio do referencial teórico da psicologia aplicável à educação, mediado por conhecimentos específicos do campo educacional e de áreas correlatas.

1913

O referencial teórico que defendemos implica uma transição por outros conhecimentos (totalidade). Portanto, há uma necessidade de transcender as práticas tradicionais do psicólogo escolar, muitas vezes fundamentadas em uma perspectiva, nem sempre consciente ou explicitada, de intervenção clínico-terapêutica. Em outras palavras, propomos uma psicologia escolar profundamente dedicada à educação das aulas populares, que transcenda o modelo clínico-terapêutico disfarçado ainda presente na percepção que o psicólogo tem de sua própria atuação, apoiando que a representação e, conseqüentemente, as expectativas dos demais profissionais da educação em relação à psicologia só poderão ser superadas pela prática do psicólogo escolar.

Transformações significativas somente se materializarão mediante a participação do psicólogo nas questões tangíveis da educação e da prática pedagógica; é imperativo transcender o estigma de evitar uma identificação como “pedagogo”.

O psicólogo, embora não seja pedagogo, deve imergir na realidade educacional se desejar atuar nesse campo, registrando-se como detentor de um conhecimento que deve ser

compartilhado com outros educadores, tanto em trabalhos interdisciplinares quanto na formação de professores. Este profissional possui saberes que podem contribuir para os processos sócio institucionais da escola, confirmando as especificidades de sua formação. Além disso, pode, em algumas situações, aplicar conhecimentos de caráter clínico-terapêutico em casos individuais.

Além disso, é capaz de desenvolver competências específicas para a gestão de sistemas e redes de ensino, especialmente no que tange aos diagnósticos educacionais, como avaliação institucional, docente e discente, e na intervenção sobre os resultados obtidos. As questões apresentadas são elaborações situadas em um contexto histórico específico e em uma perspectiva teórica e política, refletindo concepções sobre o ser humano, a sociedade, a educação, a psicologia e, principalmente, a Psicologia Escolar e Educacional. Isso indica que esta é uma entre diversas perspectivas sobre essa área de conhecimento e campo de práticas. É, portanto, crucial estabelecer um diálogo extenso entre diferentes posições e perspectivas, que possibilite o progresso deste campo do conhecimento e a melhoria das práticas associadas.

No entanto, existem dois aspectos que devem ser considerados nesta discussão, os quais possuem qualidades bastante distintas, mas que devem estar invariavelmente presentes. A primeira questão refere-se às previsões da inclusão do psicólogo escolar no seu âmbito de atuação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional veda a dedução de 25% dos orçamentos públicos dos orçamentos de profissionais encarregados do “atendimento médico, odontológico, psicológico e fonoaudiólogo”. Isso parece, à primeira vista, obstruir a participação do psicólogo neste domínio que é o foco de nossa discussão. É necessário, entretanto, realizar uma análise mais aprofundada do texto legal e dos significados subjacentes, confrontando-os com as questões aqui discutidas.

1914

A prescrição legal é planejada e aceitável, pois a forma como o serviço psicológico é apresentado sugere que sua concepção se fundamenta na noção de atendimento clínico-terapêutico, com foco individual e desvinculado das questões escolares. Por outro lado, a terminologia empregada é “atendimento”, um termo tradicionalmente associado a um modelo médico; por outro lado, corroborando essa interpretação, o “psicológico” é acompanhado de “médico”, “odontológico” e, em consonância com a própria concepção de psicologia expressa, de “fonoaudiólogo”. De acordo com a nossa concepção de Psicologia Escolar & Educacional, podemos afirmar que a psicologia mencionada na legislação não corresponde às coisas que defendemos. Esta análise evidencia que, embora uma atuação da psicologia não seja reconhecida pela LDB como uma ação intrínseca à educação, o que não contestamos, existe, por outro lado,

uma atuação que pode ser definida como de natureza eminentemente educacional, pautada na instituição escolar e nas demandas dela associadas.

Sobre uma autora: Mitsuko Aparecida Makino Antunes. À luz dessa compreensão, é imperativo discutir essa questão, a fim de esclarecer os órgãos diretos e indiretamente envolvidos com essa restrição legal, além de promover um encaminhamento mais eficaz, promovendo a defesa da implementação de uma prática que pode aprimorar a educação brasileira, não como uma manifestação impulsionada por interesses corporativistas, mas como a materialização de uma luta cujo objetivo primordial é o compromisso inabalável com uma educação das classes populares.

A questão final é de caráter ético e, sob uma perspectiva específica, pode ser ilustrada pelo problema anteriormente abordado. É imperativo que todas as discussões sobre Psicologia, especialmente a Psicologia Escolar e Educacional, sejam fundamentadas na questão ética, compreendendo-a não como um conjunto de normas prescritivas ou uma mera tendência, mas como uma ética social que se interroga incessantemente sobre nossas ações, seus destinatários, objetivos e os interesses que atendemos. Este é o ponto a partir do qual se deve reiniciar essa discussão.

A narrativa revela acordos entre psicologia, educação e sociedade que favoreceram interesses antagônicos, muitas vezes em detrimento dos direitos das classes populares. A partir da compreensão desse processo, podemos nos engajar de forma mais eficaz na construção de uma Psicologia Escolar e Educacional verdadeiramente comprometida com uma educação democrática, alinhada aos interesses dessas classes. Este é, por sua vez, o compromisso que delinea e estabelece as perspectivas para esta área de conhecimento e atuação do psicólogo.

METODOLOGIA

Este estudo adota a técnica de grupo focal com entrevistas semiestruturadas e observação sistêmica, valorizando metodologias de inspiração construtivista. No processo de análise, os dados produzidos pelas diferentes fontes, grupo focal e entrevista semiestruturada, foram construídos, gerando redatores de análise.

A Metodologia para obtenção dos dados inclui: Localização e População do estudo. Descrição do Instrumento Metodológico (Técnicas e conceitos dos instrumentos metodológicos para obtenção das informações utilizadas no trabalho empírico); Etapas e atividades do trabalho (descrição dos depoimentos, entrevistas e observações); Aspectos éticos.

Embasado em pressupostos da pesquisa qualitativa, este trabalho, buscou como afirma Gil (2017), mediante a modalidade de entrevistas semiestruturadas, a compreensão do tema, a partir da seleção de amostras, à coleta de dados e sua análise. Em seguida, utilizando-se de um processo adequado, dar respostas às questões da pesquisa, selecionando as informações pertinentes à produção de conhecimento sobre o fenômeno estudado.

Como esta modalidade de análise não se restringe apenas a quem colhe os dados, mas há na entrevista um intercâmbio de conhecimento entre o pesquisador e o entrevistado e o que dizem os teóricos que se debruçam na dimensão de uma educação que acolha e faça a inserção, tornando a pesquisa uma escuta produtiva e basilar daquilo que se ouve.

A rede de interação que se forma já garante de ambas as partes uma produção sistemática da que se propôs a pesquisar. Também se faz necessário enfatizar que tal procedimento que é sistemático, pois relaciona o fenômeno investigado a outras categorias, é que dará o norte na redação que se manifestou nessa inter-relação (SORDI, 2017) de informações imprescindíveis entre as categorias em análise.

Numa pesquisa qualitativa, os dados coletados manifestam uma constante relação dialógica, porque quem pesquisa tem que se acercar do fenômeno em questão, demonstrando assim um entrelaçamento dos sujeitos para que se gere uma linha condutora da experiência que se propõe a narrar. Daí, depreender que sem um deixar-se envolver por parte de quem é pesquisador, não adentrará em hipótese alguma, a complexidade do fenômeno que se encontra muitas vezes entranhado no mais íntimo de cada entrevistado. Segundo Gil (2017), em vez de se inferir aos entrevistados termos como “por que”, para não transparecer que é para verificar “relações de causa-efeito”, seria bom levar em consideração ao iniciar essa investigação termos mais abertos e abrangentes, tais como: “o que” ou “como”: ir à causa para elucidar as consequências.

Assim, tratar-se-á de uma pesquisa de estudo de casos múltiplos, analisando algumas contribuições prático-teóricas já existentes sobre o tema e sua contribuição na prática docente para uma educação que vise uma inserção humanizadora e sensível, evidenciando, conforme Gil (2017), que quando dois ou mais casos de um mesmo fenômeno têm uma e somente uma condição em comum, essa pode ser considerada a causa (ou efeito) do fenômeno.

Nessa abordagem, por se utilizar de entrevistas semiestruturadas, o ambiente em que as entrevistas foram realizadas propiciou a espontaneidade dos informantes, pois o ato de simplesmente ouvir delega ao falante poder de se expressar sem que alguém o interrompa para

ratificar ou não a sua explanação, ausente em quem entrevista, porque distante do “juízo de valores e análise concomitante ao processo de escuta” (GIL, 2017).

O entrevistado tem a palavra e quem pesquisa se fixa apenas no relato de suas experiências, evitando dessa maneira que pressupostos ou comparações influenciem em sua linha de pensamento e interfiram no processo de produção de conhecimentos. Como assevera Sordi (2017), é uma incorporação de alguém que assume a postura de um expectador atencioso e em sintonia ao que se relata.

Assim, o pesquisador ao esvaziar-se do juízo de valor em relação ao que se fala pelo entrevistado, não se distancia do fenômeno estudado, mas ao contrário vai ficando mais evidente o que os teóricos lhe indicaram nos estudos realizados. Ainda de acordo com Sordi (2017), é um exercício de retirada, mesmo que seja momentaneamente, dos preconceitos sociais, crenças ou suposições existentes, a fim de ir direto para a visão pura e livre do que uma coisa essencialmente é.

Em todos os momentos com os entrevistados, sobressaiu-se o que Sordi (2017) chama de “entrevista em profundidade”, pois, segundo ele, vem assinalada de três fases: no primeiro momento, vêm à tona os contextos de experiências do ponto de vista de quem fala e de quem escuta: o entrevistado tem algo a falar ao pesquisador, o pesquisador propõe-se a escutar; no segundo, os entrevistados revisitam todas suas trajetórias vivenciadas.

1917

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão literária realizada possibilitou entender a extensão e a importância da psicologia escolar do contexto educacional atual. Observe-se que o psicólogo escolar não atua apenas de maneira remediativa, mas também preventivo e promotor da saúde mental, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a criação de ambientes educacionais mais acolhedores.

Entretanto, permanecem desafios, como a exigência de uma maior integração entre os conhecimentos psicológicos e pedagógicos, além da falta de políticas públicas que reforcem a atuação desses profissionais nas instituições de ensino. No entanto, os estudos examinados corroboram o potencial transformador da psicologia escolar, especialmente quando fundamentado em práticas colaborativas, inclusivas e respaldadas por evidências científicas.

Portanto, recomenda-se que investigações futuras examinem estratégias de intervenção mais eficazes, levando em conta as diversidades culturais e sociais do ambiente escolar. A psicologia escolar, quando devidamente integrada à comunidade educativa, pode ser um agente crucial na promoção de uma educação mais equitativa, humana e de alta qualidade.

REFERÊNCIAS

_____. **História da psicologia brasileira**. São Paulo, EPU, 1990. Meira, M. E. M. e Antunes, M. A. M. **Psicologia escolar: teorias críticas**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003.

_____. **Psicologia práticas críticas**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003.

Antunes, M. A. M. **A psicologia no Brasil: leitura histórica de sua constituição**. São Paulo, EDUC e Ed. Unimarco, 2003. Massimi, M. As origens da psicologia brasileira em obras do período colonial, in: **História da Psicologia**. São Paulo, EDUC, Série Cadernos PUC-SP, n. 23, 1987, pp. 95-117.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas, 2017. habilidades/superdotação: vol.3: o aluno e a família. Brasília, DF: MEC/SEE, 2007.

habilidades: **orientação a pais e professores**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

<http://www2.fe.usp.br/~etnomat/site-antigo/anais/PaulusGerdes.html>

SORDI, José Osvaldo de. **Desenvolvimento de projeto de pesquisa**. São Paulo. Saraiva, 2017.